

CRISTINA ROBALO CORDEIRO  
COORDENAÇÃO

# TOLOGIA

## FRANCOFONIAS EM DIÁLOGO

Dos anos 80  
à atualidade

iu

## **‘PARA UMA LITERATURA-MUNDO’ OS LIMITES DE UM DISCURSO UTÓPICO<sup>1</sup>**

*Véronique Porra*

Véronique Porra é professor de literatura francesa e francófona na Universidade de Mainz (Alemanha). A sua investigação sobre as literaturas francófonas e, em particular, sobre o conceito de literatura-mundo em francês, inscreve-se nos estudos culturais e pós-coloniais. O excerto aqui apresentado é retirado de um artigo publicado em 2008 na revista *Intercâmbio* da Universidade do Porto, artigo que trata do impacto de um manifesto publicado em 2007 e redigido por quarenta e quatro escritores francófonos que reivindicam a constituição de uma literatura-mundo em língua francesa. Porra analisa em pormenores o tal manifesto, assim como as reações políticas e culturais que suscitou.

Desde o século XVI, queiramos ou não, o imaginário da cultura e da língua está associado, em França, ao do poder e da potência nacional. Ao contrário do que acontece noutros pontos da Europa, o enraizamento do universal no nacional não remonta à história política do século XIX, mas a uma visão que resulte do Renascimento e que

---

<sup>1</sup> Véronique Porra (2008). “Pour une littérature-monde en français”. In *Les limites d’un discours utopique*. *Intercâmbio*, n°1, 2<sup>a</sup> série, pp. 35-54.

cunhou a modernidade desde o início e em todas as suas extensões (cronológicas e territoriais), veiculadas ao longo dos séculos, por textos fundadores como a *Défence et illustration de la langue francoyse* de Du Bellay em 1549 ou o ensaio de Rivarol, *De l'universalité de la langue française* em 1784, e pela sua receção.

Para chegar à situação do mundo anglófono e à desdramatização da problemática linguística e cultural, o caminho ainda será longo e passará necessariamente por um estudo sistemático desses complexos e, de facto, por uma dessacralização do pensamento da língua francesa. Ainda hoje, a crença na legitimidade linguística, cultural e universalizante é muito difundida e funciona como alavanca do pensamento centralizador, inclusive na perceção das literaturas de língua francesa, francófonas e outras<sup>2</sup>.

E se muitas das ditas literaturas pós-coloniais têm enfrentado essa questão das tendências subversivas visando a hibridização, a criouliização ou, mais geralmente, o que a crítica anglo-saxônica, na tradição da obra de Ashcroft, Griffiths e Tiffin (1989) chamou de “writing back”, muitos autores de expressão francesa, nomeadamente de áreas não francófonas, têm, nos últimos quinze anos, contribuído abundantemente para manter esta mitologia (génio, clareza, universalidade) ligada à língua e para reproduzir os valores mais conservadores do centro, tanto a nível estético quanto a nível ideológico<sup>3</sup>.

Finalmente, essa reaproximação provavelmente despertará medos ancestrais: os de declínio cultural e nacional que, sob o peso da mundialização dominada pelo modelo anglo-saxão, se acelerariam dramaticamente até chegar ao desaparecimento das especificidades culturais

---

<sup>2</sup> Ver em particular a reprodução desse tipo de crença em Casanova (1999). Sobre as armadilhas e disfunções desse argumento da legitimidade universal, cf. Porra (2008a & b).

<sup>3</sup> Podemos aqui citar nomeadamente as posições fundamentalmente conservadoras de autores como Hector Bianciotti e Andreï Makine, por exemplo, que se apresentam e são apresentados por certos círculos como os “salvadores” de uma cultura francesa em perigo, perante a dupla “ameaça” de mestiçagem por um lado (considerada como uma decadência interna), e de homogeneização cultural na base do modelo anglo-saxão ligado ao desenvolvimento de mundialização (apresentada como uma decadência externa).

(especialmente as francesas). Ver que paixão esse debate despertou, inclusive fora da esfera cultural, basta para estarmos convictos. A multiplicação das reações políticas à publicação do manifesto é mesmo sintomática.

Abdou Diouf, secretário-geral da Organização Internacional da Francofonia, reage nas colunas do jornal *Le Monde* apenas quatro dias após a publicação do manifesto, seguido dois dias mais tarde por Nicolas Sarkozy – então candidato à eleição presidencial - nas colunas do quotidiano *Le Figaro*. Abdou Diouf defende com fervor uma francofonia que deseja ser aberta e descentralizada e que se defende de qualquer forma de hostilidade para com o mundo anglo-saxão.

Nicolas Sarkozy, por outro lado, oferece uma leitura fundamentalmente franco-centrada da perspectiva francófona. Instrumento de proteção cultural, essa última desempenha no seu discurso um papel protetor da identidade nacional face aos perigos externos (“perante o inglês, o declínio do francês não é inevitável”) e internos (“desconsideração da língua por uma “juventude [que ] até hoje, não percebe toda a sua utilidade”) (Sarkozy, 2007: 14).

A frequência, a velocidade e o tom dessas reações sinalizam, sem dúvida, que o que está em jogo neste debate é tanto, senão mais, político do que cultural.

De facto, essas conjeturas sobre o mundo anglófono, quando combinadas com ataques contra uma francofonia que se entende cada vez mais como um baluarte contra a mundialização, também conduzem inevitavelmente ao surgimento de um elemento sensível, a saber, as ansiedades experimentadas pelas produções culturais de língua francesa que se dizem ameaçadas por uma homogeneização baseada no modelo anglo-saxão na era da mundialização, tendência homogeneizadora a que se opõe o princípio da diversidade cultural<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> Para se convencer da importância da noção de “diversidade cultural” no discurso institucional francófono e do apoio dado pela Francofonia ao texto da UNESCO, basta recorrer aos documentos oficiais da Organização Internacional da Francofonia, acessíveis entre outros na internet: [www.francophonie.org](http://www.francophonie.org).

Aqui também o discurso dos signatários do manifesto e dos colaboradores ao volume é marcado por uma ambiguidade fundamental: aquela que consiste em querer constituir um grupo forte de língua francesa para assegurar de novo a sustentabilidade da literariedade em francês, a aspiração à dimensão mundial que não emerge apenas da expressão “literatura-mundo”, mas também da observação, feita por Le Bris, de uma irreversível ocidentalização da cultura mundial. “A evidência impôs-se muito rapidamente, com uma força que nos surpreendeu e que me fez concluir, para desgosto de alguns fundamentalistas e altermundialistas, que foi feita a ocidentalização do mundo” (Le Bris & Rouaud 2007: 39).

Obviamente, tais afirmações, que sugerem uma padronização das referências literárias a nível mundial, opõem-se às aspirações de diversidade cultural promulgadas pela Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais<sup>5</sup> da UNESCO em 20 de outubro de 2005, e da qual a Francofonia institucional foi uma das principais defensoras<sup>6</sup>.

TRADUÇÃO E NOTA INTRODUTÓRIA DE  
CHRISTINA DECHAMPS

Universidade Nova de Lisboa

---

<sup>5</sup> Notemos aqui que a ansiedade face ao desaparecimento das especificidades é tal que o texto da Convenção, na sua terceira parte, especifica um conjunto de definições e regula de facto as práticas de interculturalidade assim definida: “Interculturalidade refere-se à existência e interação equitativa de diversas culturas, bem como à possibilidade de gerar expressões culturais compartilhadas por meio do diálogo e do respeito mútuo” (Parte III, Artigo 4, p. 6).

<sup>6</sup> Ver o texto da Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, disponível na internet: <http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001429/142919e.pdf>, bem como o volume *Diversité culturelle et mondialisation*, publicado pela editora Autrement (coleção Mutations n.º 233) em 2004. No seu prefácio, Abdou Diouf destaca o compromisso inicial das instituições de língua francesa para a defesa de uma diversidade que, segundo ele, está ameaçada pela mundialização: “Desde 1994, durante a cimeira de Maurícia, os Estados e governos da Francofonia afirmaram que a diversidade cultural era um valor não negociável, que nenhuma lógica de mercado deveria comprometer a capacidade dos governos para desenvolver e implementar políticas de desenvolvimento cultural que salvaguardam a diversidade cultural”. (*Diversité culturelle et mondialisation* 2004: 4).